

## A QUESTÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA “CRIANÇAS AGITADAS” – SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Ana Flávia Rodrigues Lima <sup>1</sup>

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva <sup>2</sup>

Tayane Dias Gomes Pessoa <sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a agitação de crianças em sala de aula e se propõe a oferecer subsídios teórico-metodológicos para a compreensão deste fenômeno, a partir de uma abordagem social e crítica. É resultado de uma pesquisa de graduação recém finalizada e parte da realidade imediata de um grupo de professores iniciantes da rede pública do Distrito Federal que por meio do “Círculos Formativos com Professores Iniciantes/Ingressantes”, projeto de extensão promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos – GEPFAPe, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sinalizou as dificuldades enfrentadas no cotidiano quanto ao comportamento de crianças agitadas em sala de aula. O estudo tem como referencial teórico-metodológico a perspectiva do materialismo histórico e dialético da tradição marxista, abordagem que comprehende os fenômenos educacionais como produtos das relações sociais historicamente construídas, em constante movimento e contradição. Assim, por meio de sucessivas aproximações ao objeto de investigação, propiciadas pelo aporte teórico, o trabalho aborda a crescente medicalização da infância, as condições estruturais das salas de aula da rede pública do DF e o impacto das tecnologias digitais na infância. Os resultados apontam para a compreensão de que agitação não pode ser vista de forma restrita à imediaticidade de determinadas dinâmicas do cotidiano escolar, mas compreendida como expressão da correlação dos contextos social, escolar e familiar.

**Palavras-chave:** Crianças agitadas; Círculos formativos; Professores iniciantes;

### INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros elementos relacionados à organização do trabalho pedagógico de professores em início de carreira, destaca-se o desafio de lidar com a diversidade de comportamentos manifestados pelas crianças durante os processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o termo “criança agitada” é frequentemente utilizado para se referir a estudantes cujas atitudes se desviam do comportamento esperado nas dinâmicas do cotidiano escolar. Embora não exista uma definição formal na literatura acadêmica, trata-se de uma expressão oriunda do senso comum e muito utilizada no contexto escolar,

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília – DF, anafvlima@hotmail.com;

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás – GO, katiacurado@unb.br;

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília- DF, tayane.gomes2@gmail.com;



nomear crianças que apresentam maior dificuldade em se adequar às normas e rotinas escolares.

Essa questão se apresentou como um desafio externalizado por professores iniciantes da rede pública do Distrito Federal, participantes do projeto de extensão “Círculos Formativos com Professores Iniciantes/Ingressantes”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos – GEPFAPe, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). No intuito de contribuir para a discussão propiciada por esse espaço de formação, reflexão e intervenção teórico-prática, este trabalho apresenta uma análise sobre a pertinência do termo “crianças agitadas”, articulando a proposta de discussão advinda do círculo formativo ao aporte do referencial teórico adotado. Assim, busca-se evidenciar que a compreensão desse fenômeno não pode se restringir a classificações imediatas, mas precisa considerar os condicionantes sociais, estruturais e culturais que o atravessam, bem como a importância do corpo e do movimento na experiência escolar. Tem-se como objetivos a constituição de subsídios teórico-metodológicos para a compreensão do fenômeno da agitação em sala de aula, articulando a literatura existente sobre o tema à investigação das condições das salas de aula da rede pública do Distrito Federal.

## FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este artigo adota como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. Essa abordagem compreende os fenômenos educacionais como produtos das relações sociais historicamente construídas, em constante movimento e contradição (Cury, 1987). Assim, exploramos a ideia de agitação infantil e os desafios enfrentados por professores iniciantes não como eventos isolados ou estritamente individuais, mas como expressões de uma realidade social mais ampla, marcada por desigualdades estruturais, condições materiais de existência e pelas contradições inerentes ao sistema capitalista. Nesse sentido, procuramos entender a relação entre as questões estruturais e superestruturais pela obra marxiana, a partir do pressuposto de que as subjetividades dos sujeitos sociais se constituem nessa relação. Como destaca Grespan (2021), o objetivo do método desenvolvido



por Marx era “[...] desmascarar a pretensa normalidade de que se revestem até mesmo os fenômenos mais insuspeitos e contraditórios da

sociedade moderna” (p. 10). Dessa forma, tal perspectiva nos permite investigar a agitação em

crianças não como um comportamento individual ou patológico, mas como uma questão inserida no contexto mais amplo das relações sociais, da estrutura escolar e das condições materiais de ensino.

Conforme nos explica Malagodi, “[...] com Marx, o materialismo superou suas limitações anteriores ao ser ligado à dialética, o que lhe permitiu compreender a realidade como um processo em constante mudança, movimento e contradição” (1981, p. 17). Assim, o comportamento das crianças e os desafios enfrentados por professores iniciantes são entendidos como fenômenos que se transformam historicamente e que refletem tensões estruturais, como a precarização do trabalho docente e a medicalização da infância.

Nesse sentido, procuramos, a partir da articulação entre a revisão literária e a investigação referente à medicalização na infância — entendida como o processo de transformar questões de natureza social, cultural, escolar ou comportamental em problemas médicos, frequentemente tratados com intervenções farmacológicas (Moyses; Collares, 2013) —, às condições estruturais referentes aos espaços da rede pública de ensino do DF e ao uso de telas na infância, empreender uma análise da ideia associada a “crianças agitadas” a partir da realidade concreta. Para isso, além da fundamentação teórica, tomamos como referência o relato de experiência construído nos círculos formativos com professores iniciantes, compreendendo-o como espaço privilegiado de escuta, reflexão e problematização das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, especialmente no contexto do pós-pandemia.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo-se de uma compreensão literal dos termos “agitação” e “agitada”, é possível perceber que a agitação infantil pode se manifestar de diferentes maneiras, como inquietação física, dificuldade de concentração e impulsividade. O comportamento agitado é relativamente comum em crianças, sobretudo em fases do desenvolvimento em que há maior necessidade de movimento e de gasto de energia, aspecto destacado por Wallon ao compreender o movimento como elemento fundamental na constituição da afetividade e da



inteligência infantil (apud Gratiot-Alfandéry, 2010). Tal comportamento pode estar relacionado a diversos fatores, como ambiente familiar, ambiente escolar, necessidades não atendidas, estímulos excessivos ou mesmo intervenções inadequadas na escola. Muitas vezes

comportamentos agitados são interpretados como sinais patológicos, essa interpretação, porém, pode mascarar questões pedagógicas, emocionais ou sociais que precisam ser compreendidas em profundidade.

Entre as diversas patologias comumente associadas à inquietação, destaca-se o Trans-

torno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Segundo a American Psychiatric Association (apud Silva e Batista, 2014), o transtorno afeta entre 5% e 7% das crianças e adolescentes no mundo, sendo considerado um dos transtornos mais comuns da infância. A confusão entre esses comportamentos pode levar a diagnósticos inadequados e práticas pedagógicas ineficazes. O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade que causam prejuízos significativos em diversas áreas da vida. Seu diagnóstico requer critérios específicos, como a manifestação precoce dos sintomas e a presença em múltiplos contextos como casa, escola e demais ambientes de socialização da criança (American Psychiatric Association, 2014, apud Silva; Batista, 2020)

Nesse sentido, os estudos de Silva e Batista (2020) chamam a atenção para os diferentes modelos de explicação dos comportamentos agitados e desatentos na infância, destacando os limites da abordagem puramente biomédica, centrada na ideia de disfunção neurológica e tratamento medicamentoso. As autoras contrapõem essa visão com o modelo histórico-social, que comprehende tais comportamentos como construções influenciadas por fatores escolares, familiares e culturais. Fundamentadas nessa perspectiva, propõem uma abordagem integradora, com base na psicologia histórico-cultural, que considera a importância de intervenções pedagógicas articuladas entre escola, família e sociedade, de forma a evitar a medicalização excessiva e a responsabilização individual por desafios coletivos no ambiente educacional.

As autoras analisam a diferença de predominância do TDAH em diferentes países, observando o comportamento agitado/desatento sob uma perspectiva social, chamando a atenção sobre como o uso do metilfenidato tem aumentado significativamente no Brasil e no mundo. O país ocupa atualmente a segunda posição no ranking global de consumo do



medicamento (Ximenes, 2015 apud Silva; Batista, 2020). Em uma década, o aumento no uso chegou a 775%, segundo dados divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo (Cambricoli, 2014 apud Silva; Batista, 2020). Observando o comportamento agitado sob uma perspectiva social. Por fim, as autoras destacam que

Com o aumento do número de crianças designadas como “problemas” nas escolas e, consequentemente, encaminhadas para especialistas da área da saúde e diagnosticadas com doenças mentais, e com a crescente medicalização infantil, alguns pesquisadores têm defendido uma visão crítica acerca de possíveis excessos de diagnósticos e ressaltado a importância de diferenciar questões biológicas de questões sociais (p.18)

A partir dessa visão crítica proposta pelas autoras, compreendendo a agitação através de uma perspectiva social, passamos a analisar o contexto em que esses professores e crianças estão inseridos, portanto, a partir da materialidade, entendendo que os espaços físicos e as condições estruturais das escolas impactam diretamente o comportamento dos alunos. Realizamos então uma pesquisa no site do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF), utilizando os seguintes descritores: condições de trabalho, estrutura escolar e superlotação de salas de aula. Com base no levantamento das publicações dos últimos cinco anos, é possível observar que a precariedade da infraestrutura – como salas sem ventilação adequada, falta de espaços recreativos e ambientes deteriorados – fatores que limitam as possibilidades de movimento, expressam e conforto das crianças no ambiente escolar, têm sido uma constante. Os dados obtidos revelam as recorrentes denúncias públicas referentes à superlotação das salas, bem como uma série de problemas estruturais que comprometem tanto a qualidade do processo de ensino-aprendizagem quanto o bem-estar físico e psicológico de estudantes e profissionais da educação.

A seguir, apresentamos uma tabela que sintetiza as principais questões abordadas pelas publicações do sindicato no período analisado:





Ano	Problema	Justificativa SEEDF
2019	Superlotação das salas de aula	Alegação de aumento populacional e falta de professores concursados para nomeação.
2020	Condições ambientais: calor e falta de ventilação	Justificativa relacionada a limitações orçamentárias e cronograma de instalação de climatizadores.
2021	Problemas estruturais (telhados, banheiros precários)	SEEDF informou que realiza manutenção preventiva, mas que a demanda é alta e os recursos limitados.
2022	Falta de água e precariedade dos banheiros	Justificativa citando dificuldades no fornecimento hídrico da rede pública e obras de melhoria em andamento.
2023	Superlotação e falta de monitores para alunos com necessidades especiais	SEEDF afirmou estar em processo de contratação e melhoria do quadro, mas admite demora nos concursos.
2024	Superlotação agravada e ambientes insalubres	SEEDF atribui à alta demanda crescente e à restrição orçamentária, prometendo planos de melhoria para os próximos anos.

Fonte: elaboração das autoras, 2025.

Nas publicações analisadas, a superlotação das salas de aula se constitui um problema crônico, que vem se agravando progressivamente nos últimos anos. Em 2024, o número de estudantes por sala chegou a exceder em até 60% o limite recomendado pelo Plano Distrital de Educação (PDE), comprometendo o processo de ensino-aprendizagem e a proposta pedagógica. Outro fator recorrente nas denúncias do sindicato refere-se às condições ambientais precárias enfrentadas nas unidades escolares. Altas temperaturas, ausência de climatização, ventilação insuficiente e estruturas sem isolamento térmico tornam as salas de aula insalubres, especialmente durante períodos de calor extremo. A entidade alerta que esses fatores prejudicam tanto a saúde quanto o desempenho acadêmico de estudantes e docentes. Também é denunciada a falta de água potável e a precariedade dos banheiros escolares. Diversas escolas enfrentam a ausência de itens básicos de higiene, como papel higiênico, sabonete e papel toalha, além de instalações sanitárias em condições inadequadas. Tais problemas comprometem a saúde pública no ambiente escolar e colocam em risco o bem-estar de toda a comunidade escolar.

Além da superlotação e das dificuldades ambientais, um outro fator que chama a atenção é o estado de deterioração das estruturas físicas de algumas escolas públicas do Distrito Federal. A falta de manutenção preventiva e de reformas adequadas resulta em problemas como telhados com goteiras, rachaduras e ventilação comprometida. Para o



sindicato, a ausência de investimentos estruturais compromete a qualidade do ensino e a segurança de estudantes e profissionais da educação.

A escassez de profissionais também é um problema persistente. A falta de monitores e auxiliares para atender estudantes com necessidades educacionais especiais, o que inviabiliza o acompanhamento adequado e a efetivação da educação inclusiva. A não nomeação de profissionais concursados e a ausência de políticas de gestão eficazes intensificam essa situação crítica (SINPRO, 2024b).

A ausência de professores licenciados em Educação Física nos anos iniciais, é um exemplo concreto de como a precarização das políticas públicas impacta diretamente no cotidiano escolar. Como forma de garantir o cumprimento da lei (Lei nº 5.884/2017) e do Plano Distrital de Educação, que exigem a presença de profissionais licenciados em EF nos anos iniciais,

foi criado em 2015 e regulamentado pela Portaria nº 270 de 13 de setembro de 2018, o Projeto Educação com Movimento (PECM) da Secretaria de Educação do DF, tem como meta garantir a presença do professor de Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Fundamental. Mas a realidade é que boa parte das escolas de educação infantil e anos iniciais não contam com a presença desses profissionais. Diante desse cenário, foi lançada uma campanha de mapeamento para identificar escolas públicas sem professores habilitados na área. À época, os dados coletados indicavam que aproximadamente 200 instituições de ensino não contavam com profissionais licenciados, descumprindo a legislação vigente. Um concurso realizado em 2013 previa cadastro de reserva suficiente para suprir essa demanda, porém as nomeações foram interrompidas em 2015, agravando o déficit (op. cit., 2024b).

Essas informações apontam uma evidente defasagem na quantidade de professores licenciados em Educação Física, o que compromete diretamente as práticas pedagógicas e o atendimento aos estudantes. Apesar de haver algumas nomeações pontuais, elas são insuficientes e muitas turmas permanecem sem profissionais habilitados.

Destaca-se que a Educação Física na rotina escolar se configura como espaço privilegiado para canalizar a energia infantil, favorecer a socialização e contribuir para a autorregulação do comportamento. Sua ausência ou precariedade, portanto, intensifica a manifestação da agitação em sala de aula, uma vez que priva os estudantes de momentos





de movimento e de vivências corporais essenciais ao processo educativo.

Além disso, somam-se a esse quadro os problemas estruturais e as interrupções das aulas provocadas por fatores ambientais, como calor excessivo e baixa umidade (Agência Brasil, 2024). O PECM é uma resposta institucional à necessidade de movimento que as crianças expressam. Sem a efetiva presença dos professores de Educação Física, o ambiente escolar muitas vezes fica restrito ao espaço de sala de aula, limitando a possibilidade de canalizar energia de forma construtiva.

A redução de espaços e momentos adequados para o movimento corporal leva as crianças a manifestarem sua energia de outras formas, muitas vezes por meio da agitação em sala de aula. Esse quadro se agrava diante da precariedade estrutural das escolas, que, em sua maioria, não possuem quadras cobertas, materiais adequados ou ambientes favoráveis à prática pedagógica da Educação Física, conforme previsto pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001). Assim, a agitação infantil, muitas vezes interpretada apenas como problema

comportamental, pode ser compreendida também como uma resposta ao contexto de

negligência, que priva os estudantes de experiências corporais essenciais ao seu bem-estar.

Henri Wallon (apud Gratiot-Alfandéry, 2010), defende a importância do movimento

corporal no desenvolvimento infantil, ao propor uma concepção integrada do ser humano, na qual motricidade, emoção e cognição se inter-relacionam de forma indissociável. Para o autor, o movimento não é apenas expressão física, mas constitui uma forma fundamental de relação com o mundo, sendo essencial ao processo de construção da identidade e da aprendizagem. O autor afirma que “[...] o movimento é a forma primária de expressão da criança e um dos principais organizadores de sua afetividade e inteligência” (op. cit., p. 75). Assim, sua teoria sus- tenta a relevância de práticas pedagógicas que valorizem o corpo e o brincar, especialmente nos primeiros anos da infância, quando a ação motora tem papel central na constituição do sujeito.

O autor destaca a importância do movimento no desenvolvimento infantil, sendo essencial ao processo de desenvolvimento e aprendizagem. A ausência de espaços e profissionais qualificados para conduzir a atividade motora, nesse sentido, compromete não apenas o desenvolvimento físico, mas também o emocional e cognitivo das crianças.



Além dos aspectos já citados, é fundamental destacar como a infância tem sido atravessada por transformações significativas em seus modos de brincar, aprender e se relacionar. As tecnologias digitais passaram a ocupar um espaço central no cotidiano das crianças, transformando significativamente os modos de brincar, se comunicar e aprender. O uso excessivo de telas, especialmente na primeira infância, tem gerado preocupações quanto aos seus impactos no desenvolvimento neuropsicomotor e no comportamento infantil. Segundo Garcia et al. (2024), há uma relação significativa entre a exposição prolongada às telas e alterações como atraso no desenvolvimento da linguagem, dificuldades motoras, distúrbios do sono, ansiedade, impulsividade e alterações na atenção.

Esses efeitos podem contribuir para quadros de agitação e inquietação em crianças, uma vez que a alta estimulação sensorial oferecida pelas telas tende a sobrecarregar os mecanismos de autorregulação do sistema nervoso central (op. cit., 2024). Além disso, os autores ressaltam que a redução do tempo destinado ao brincar ativo e às interações presenciais interfere negativamente no desenvolvimento emocional e social, fatores que também se associam ao aumento da agitação e da irritabilidade.

Essas alterações no desenvolvimento e no comportamento infantil entram em contraste com as expectativas tradicionalmente estabelecidas para o ambiente escolar. Ainda se

espera que as crianças, mesmo na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mantenham-se sentadas por longos períodos, escutem com atenção, controlem impulsos e interajam de forma adequada com colegas e professores. No entanto, tais demandas nem sempre consideram os efeitos do contexto digital atual, tampouco respeitam as necessidades do corpo e do movimento na infância, o que pode contribuir para um olhar precipitado quando se trata da agitação e inquietação infantil.

Conforme discutido por Ximenes (2021), a escola frequentemente ignora os modos próprios da infância de estar no mundo, exigindo comportamentos incompatíveis com o desenvolvimento infantil. Segundo a autora “Esperar que uma criança de 5 ou 6 anos permaneça por horas sentada, em silêncio e atenta, é ignorar a própria natureza da infância e seus modos de aprender” (p. 45).

## CONCLUSÕES

A partir da exposição dos elementos teóricos apresentados ao longo do trabalho, é possível concluir que a agitação em sala de aula não pode ser vista como um fator isolado



do comportamento humano. As demandas das professoras em início de carreira com relação à agitação das crianças vêm de um contexto complexo, permeado de fatores relacionados não apenas as questões internas ao ambiente escolar, mas também aos demais espaços de socialização desses sujeitos.

Vimos que a agitação, por ser considerada um comportamento dissonante, sendo comumente relacionada à diagnósticos de TDAH, pode se constituir tão somente em um elemento próprio de determinadas fases do desenvolvimento da criança. Essa fase pode ser permeada ainda por fatores sociais como o uso excessivo de telas, a falta de espaços próprios para expressões corporais e emocionais, a inadequação dos espaços escolares a uma rotina de cinco horas diárias de aula e, por fim, ao alinhamento entre o que se convencionou quanto expectativa no que concerne ao comportamento de crianças e realidade.

Diante das discussões apresentadas ao longo do trabalho, sugerimos alguns elementos fundamentais para a abordagem da temática das “crianças agitadas”.

No nível micro do trabalho docente, propõe-se o planejamento diversificado e flexível: propor atividades variadas, com tempos diferentes de concentração e com espaço para movimento e expressão corporal. Crianças agitadas podem responder melhor a propostas dinâmicas e participativas. É importante também a observação e escuta ativa, compreendendo os ritmos, interesses e os sinais que cada criança expressa. Muitas vezes, a agitação é um

pedido de atenção, acolhimento ou um reflexo de situações externas.

A organização do tempo e rotina é fundamental: manter uma rotina clara, com momentos bem definidos, ajuda a dar segurança às crianças. Incluir pausas para movimento, respiração e atividades lúdicas ao longo do dia é essencial. Outro ponto é a criação de vínculos afetivos, pois estabelecer relações de confiança com as crianças ajuda a diminuir comportamentos de agitação. Crianças que se sentem acolhidas tendem a se autorregular melhor.

No nível meso da escola, destaca-se o trabalho coletivo e apoio interdisciplinar: criar espaços de escuta entre os professores e equipe pedagógica para analisar os casos, pensar estratégias conjuntas e, quando possível, acionar apoio psicológico, psicopedagógico ou de assistência social. Também são importantes os projetos interativos e interdisciplinares que





envolvam arte, música, esportes, natureza e cultura, pois favorecem o desenvolvimento integral das crianças, promovendo a expressão, a socialização e a aprendizagem significativa, além de contribuírem para o enriquecimento do currículo escolar.

A compreensão da realidade estrutural é fundamental para compreender o contexto das crianças e construir ações conjuntas de cuidado, sem culpabilização. A gestão democrática também se faz fundamental, pois a escuta da equipe docente e o fortalecimento de decisões coletivas sobre a condução pedagógica são essenciais para lidar com os desafios cotidianos.

No nível macro das condições estruturais e das políticas públicas, deve-se priorizar a valorização do trabalho docente, garantindo condições dignas de trabalho, como número reduzido de alunos por sala, tempo de planejamento remunerado, salários justos, apoio pedagógico e formação continuada. É igualmente necessário implementar políticas inclusivas e intersetoriais, já que a escola não pode atuar de forma isolada. Nesse sentido, destaca-se a relevância da Lei do Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em tramitação, que busca orientar ações estratégicas para a melhoria da qualidade da educação e o fortalecimento do trabalho docente. Políticas públicas de saúde mental infantil, assistência social, cultura e lazer devem dialogar com a educação para apoiar integralmente as crianças.

O combate à medicalização e à patologização é urgente: é preciso evitar que a agitação infantil seja rapidamente rotulada como distúrbio. A escola precisa ser um lugar de escuta e inclusão, não de exclusão ou rotulação precoce.

Por fim, é imprescindível o financiamento adequado da educação básica, o que inclui melhorar a infraestrutura escolar. Muitas escolas não têm estrutura física para o movimento infantil. É importante garantir espaços seguros, com mobiliário flexível e áreas externas

acessíveis, e a contratação docente.

Lidar com crianças agitadas exige mais do que estratégias pontuais: é necessário um compromisso coletivo com a escuta, o cuidado e a criação de condições reais de ensino e aprendizagem. Isso implica rever práticas pedagógicas, mas também lutar por uma escola mais justa, acolhedora e estruturada.

## REFERÊNCIAS



AGÊNCIA BRASIL. Pesquisa aponta problemas no ensino da educação física em escolas.

Brasília, 24

x jun. 2024

Disponível

em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-06/pesquisa-aponta-problemas-no-ensino-da-educacao-fisica-em-escolas>.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)

BRASIL DE FATO. GDF anuncia nomeação de servidores educacionais, reivindicação trabalhista do Sindicato dos Professores. Brasília, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/18/gdf-anuncia-nomeacao-de-servidores-educacionais-reivindicacao-trabalhista-do-sindicato-dos-professores/>.

CNN BRASIL. Quase 80 % dos professores de Educação Física já gastam com material próprio, diz levantamento. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-80-dos-professores-de-educacao-fisica-gastam-proprio-dinheiro-com-material-diz-levantamento/>.

CURY, C. R. J. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.

GIUBERTI, Antonia Daniela Silva; SILVA, Antonia Dara Alves da. O uso excessivo de telas e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças: uma revisão integrativa.

SARA FERREIRA COELHO. Revista Fisioterapia em Movimento, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-uso-excessivo-de-telas-e-o-desenvolvimento-neuropsicomotor-de-criancas-uma-revisao-integrativa/>.

GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. Henri Wallon. Tradução e organização de Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 134 p. (Coleção Educadores).

GRESPAN, Jorge. Marx : uma introdução / Jorge Grespan. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

MALAGODI, Edgard. O que é materialismo dialético. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SILVA, Izabel Penteado Dias da; BATISTA, Cecília Guarnieri. Crianças agitadas/desatentas: modelos de explicação. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 31,



SINPRO-DF. Superlotação de salas de aula prejudica estudantes e professores(as). Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/superlotacao-de-salas-de-aula-prejudica-estudantes-e-professoresas/>.

SINPRO-DF. Superlotação de salas de aula se agrava ano após ano no DF. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/superlotacao-de-salas-de-aula-se-agrava-ano-apos-ano-no-df/>.

SINPRO-DF. Falta de planejamento gera custos futuros. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/falta-de-planejamento-gera-custos-futuros/>.

SINPRO-DF. Nova campanha do Sinpro vai mapear escolas públicas sem professor de Educação Física. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/nova-campanha-do-sinpro-vai-mapear-escolas-publicas-sem-professor-de-educacao-fisica/>.

SINPRO-DF. GDF tenta enterrar o sonho da Educação Física nas escolas públicas do DF. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/gdf-tenta-enterrar-o-sonho-da-educacao-fisica-nas-escolas-publicas-do-df/>.

SINPRO-DF. Brasília ficará sem professores. Brasília: Sindicato dos Professores no Distrito Federal, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/brasilia-ficara-sem-professores/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

XIMENES, R. N. et al. Agitação e desatenção na infância: compreensões possíveis para além do diagnóstico. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, e266461, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/t5DjtQ4fRkQtbJLNT45FHpB/>.

XIMENES, A. M. (org.). *Cuidado, escola! Agitação, medicalização e infância*. Campinas, SP: Criação Humana, 2021.

